**P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O**

**N°.** **397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

***S***

***U***

***P***

***E***

***L***

|  |
| --- |
| **AVISO**  Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.  **Dúvidas: (69) 3212-9264** |

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

**COM RESERVA DE COTA PARA ME E EPP**

**1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1.** **PREÂMBULO:**

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeado por força das disposições contidas na **na Portaria N.º 014/GAB/SUPEL, publicada no DOE do dia 09 de fevereiro de 2018,** torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** sob o nº. **397/2018/ALFA/SUPEL/RO,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os **Decretos Estaduais nº 18.340/2013,** nº. 12.205/06, n° 16.089/2011 e n° 21.675/2017, Decreto Federal 5.450/05, com a Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações, com a Lei Estadual n° 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessado a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

**1.1.1**. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

**1.1.2**. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

**1.1.3.** O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.licitacoes-e.com.br)**;**

**1.1.4.** A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

**DATA DE ABERTURA: 04 de setembro de 2018.**

**HORÁRIO**: **às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.licitacoes-e.com.br)

1.1.4.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

**1.1.4.2.** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

**1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo **N°** **0021.270295/2018-79,** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**2. Do Objeto, Especificações Técnica, Local/Horário, Prazo/Cronograma de Entrega, Local de Utilização/Destinação do Bem, Garantia e Assistência Técnica, Do Recebimento, Vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato;**

**2.1. DO OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de tecnologia embarcada (SMARTPHONES e BATERIA PORTÁTIL), para atender as necessidades da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, conforme especificações completas constantes no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**2.1.1** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência deste Edital, prevalecerão as últimas;

2.2. Especificações Técnica: Ficam aquelas estabelecidas no item 06 do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.3. Local/Horário: Ficam aqueles estabelecidos no subitem 7.1 e seu subitem do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Prazo/Cronograma de Entrega: Ficam aqueles estabelecidos no subitem 7.2 e seu subitem do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. Local de Utilização/Destinação do Bem: Ficam aqueles estabelecidos no subitem 7.3 e seu subitem do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6. Garantia e Assistência Técnica: Ficam aqueles estabelecidos no subitem 7.4 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.7. Do Recebimento: Ficam aqueles estabelecidos no item 10 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, os quais foram devidamente aprovados pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.8. Vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato:**O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE.

**2.9.** Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irreajustáveis;

**3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**3.1.** Até 02 (dois) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública**, qualquer cidadão e licitante poderá** I**MPUGNAR** o instrumento convocatório destePREGÃO ELETRÔNICO**, conforme art. 18 § 1º e § 2º do decreto Estadual nº 12.205/06,** devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório**,** manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail**:** [alfasupel@hotmail.com](mailto:alfasupel@hotmail.com) (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pela Pregoeira e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9264**, ou ainda, protocolar** o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min. de segunda-feira a sexta-feira, situada naAv. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central – Rio Pacaás Novos, 2ºAndar em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: (069) 69.3212-9242.

**3.1.1.** Caberá à Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.**

**3.1.2.** A decisão da Pregoeira quanto à **impugnação** será informada **preferencialmente** **via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet,** ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

**3.1.3**. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**3.1.3.1**. **Até 24 (vinte e quatro) horas da sessão inaugural**, a Pregoeira deverá disponibilizar a resposta da impugnação protocolada, caso contrário, a Pregoeira antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

**4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** **E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas**,** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 19 do decreto Estadual n.º 12.205/06**, manifestando-se **PREFERENCIALMEN TE** via e-mail: [**alfasupel@hotmail.com**](mailto:alfasupel@hotmail.com)(ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pela Pregoeira e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone(069) 3212-9264, ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min. às 13h30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na **Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone:** 69.3212-9242,devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

**4.1.1.** **Até a data definida para a sessão inaugural,** a Pregoeira deverá disponibilizar a resposta dos esclarecimentos protocolados, caso contrário, a Pregoeira antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

**4.2.** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos,às licitantes que tenham adquirido o Edital.

**5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

**5.1.1.** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).**

**5.2.** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

**5.2.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

**5.3. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:**

**5.3.1.** Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à **documentação exigida para habilitação**, e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br);

**5.3.2.** Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

**5.3.3.** Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

**5.3.4. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO APENAS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, face ao art. 48, I da Lei Complementar nº. 147/2014 e o art. 6º. do Decreto Estadual nº. 21.675/2017.**

**5.3.5**. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

**5.3.6.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**.**

**5.3.7.** O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**5.3.8.** O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL,** promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

**5.3.9.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**5.3.10.** Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta encontra-se em conformidade com as exigências previstas neste Edital, ressalvados os casos de participação de microempresa e de empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal.

**5.3.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.**

**5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:**

**5.4.1.** Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

**5.4.2.** Sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso, a união de esforços se faz necessária, apenas na questão de alta complexibilidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isolada de empresas, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderá ensejar na redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum;

**5.4.2.1.** A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

**5.4.2.2.** Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

**5.4.3.** Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

**5.4.4**. Estrangeiras que não funcionem no País;

**5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:**

**5.5.1.** Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação.

**5.5.2.** É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

**5.5.3.** A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**5.5.4.** Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

**5.5.4.1.** Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**6 – DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007 E DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017**

**6.1** No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

6.1.1 A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**6.2** Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

**6.2.1.** No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

**6.2.2.** No caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00(quatro milhões e oitocentos mil reais).

**6.3.** Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**6.3.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**6.3.2**. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**6.3.3**. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123. de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.5**. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**6.3.6**. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**6.3.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**6.3.8**. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**6.3.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

**6.3.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

**6.3.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**6.4** O Sistema verificará automaticamente junto à Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

**6.5** A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

**7 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

**8 – DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**8.1.** A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços **COM VALOR TOTAL DO ITEM (CONFORME EXIGÊNCIA DO SISTEMA ELETRÔNICO),** a partir da data da liberação do Edital no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br), até o horário limite de início da Sessão Pública, ou seja, **até às 08h59min do dia 04 de setembro de 2018,** horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

**8.1.1.** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006).

**8.2.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**,** as Licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, no campo **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO”,** contendo a **DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO,** incluindo **QUANTIDADE, PREÇO** e a **MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA COMPRASNET),** até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DE SUA PROPOSTA.**

**8.2.1**. As propostas registradas no Sistema **COMPRASNET** **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pela Pregoeira.

**8.3**. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

**8.4**. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

**8.5**. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas **no COMPRASNET e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão às últimas.

**8.6.** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua

**09 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP (para os itens sem participação exclusiva) E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.**

**9.1**. A partir das **09h00min** **do dia 04 de setembro de 2018,** e de conformidade com o estabelecido neste Edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas **NO ITEM 8.2 DO EDITAL**.

**9.1.1.** A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente),** DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis**.**

**9.2.** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, a Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

**9.2.1.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

**9.2.2.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei Federal n° 8.666/93.

**9.3**. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELA PREGOEIRA.

**9.4.** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br), conforme Edital.

**9.5.** Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.5.1.** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor percentual ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**9.5.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.**

**9.6.** A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” será feita pela Pregoeira, o qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema Comprasnet, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

**9.7**. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**9.8.** A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

**9.9.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**9.10.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**9.11**. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a Pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**9.11.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **ITEM.**

**9.11.2.** O proponente que encaminhar o lance com valor manifestamente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DESCLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

**9.12.** No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

**9.12.1.** A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**9.12.2**. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)**.**

**9.13.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de **01 (um) a 60 (sessenta) minutos**, determinado pela Pregoeira, de acordo com a comunicação às licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico. Decorrido o tempo de iminência, o ITEM entrará no horário de encerramento aleatório do sistema, **no prazo máximo de** até **30 (trinta) minutos**, determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual o ITEM estará automaticamente encerrado, não sendo mais possível reabri-lo;

**9.13.1**. Caso o Sistema não emita o aviso de fechamento iminente, a Pregoeira se responsabilizará pelo aviso de encerramento às Licitantes observados o mesmo tempo de **01 (um) a 60 (sessenta)** **minutos.**

**9.14**. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**9.15**. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

**9.16**. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme determina o Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;

**9.17. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual 21.675/2017, art. 4º, O QUAL OCORRERÁ DE FORMA AUTOMÁTICA PELO SISTEMA;**

**9.18**. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

**9.19**. Para efeito do disposto no item 9.17, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.19.1**. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

**9.19.2**. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 9.18, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.19.3**. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**9.19.4**. O disposto no item 9.17 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**9.19.5**. Ocorrendo a situação prevista no item 9.19.1, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**9.20.** Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8666/93).

d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**9.21.** Nos casos em que se refere o disposto no art. 45, §2° da Lei Federal n° 8.666/93, após obedecido o disposto nos subitens antecedentes, o sistema Comprasnet **classificará automaticamente o licitante que primeiro ofertou o ultimo lance.**

**9.22.** Para os ITENS definidos neste edital com PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E EQUIPARADAS A ME/EPP após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira verificará se há empate entre as licitantes.

**9.23**. Para efeito do disposto no item 9.22, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.23.1** No caso de **equivalência dos valores** apresentados por ME e EPP será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas **local ou regionalmente**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, **nos termos previstos** **no Decreto Estadual nº 21.675/2017/RO**.

**9.23.2** Em igualdade de condições, após obedecido o disposto no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas.

**10 – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

**10.1.** Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Comprasnet, devendo a Pregoeira examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO, bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;**

10.1.1. A entidade licitante não aceitará e não adjudicará o ITEM cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO. Vide Decisão nº. 263/2014- PLENO/TCE-RO.

**10.1.2.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**11 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**11.1.** Cumpridas as etapas anteriores, a Pregoeira verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

**11.1.1**. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pela Pregoeira, por meio do CHAT MENSAGEM;

**11.2.** Se a proposta de preços não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

**11.3.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

**11.3.1.** A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

**11.4.** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste edital de licitação;

**11.5.1.** Para ACEITAÇÃO do valor de menor lance, a Pregoeira e equipe de apoio analisará a conformidade do objeto proposto com o solicitado no Edital.

**11.5.1.1** Após a fase de lances, a Pregoeira, antes da aceitação do item, convocará todas as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com o valor devidamente atualizado do lance ofertado com a especificação completa do objeto, bem como **PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM**, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos. OS QUAIS DEVERÃO SER ANEXADOS NO SISTEMA COMPRASNET, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO;

**11.6. O ENVIO DA PROPOSTA ­DE PREÇOS, SOLICITADA no subitem 11.5.1.1, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF**)**, TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.**

**11.6.1. A PREGOEIRA CONVOCARÁ SOMENTE 01 (UM) ÚNICO ITEM PARA ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA COMPRASNET, ONDE TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.**

**11.6.2. Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pela Pregoeira, via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obri**g**ados a acessá-lo;**

**11.6.3. A PREGOEIRA, EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS FORA DO PRAZO PREVISTO NO SUBITEM NUMERO 11.5.1.1, CASO A MESMA SEJA ANEXADA ERRADA NO SISTEMA.**

**11.8**. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

**11.9.** Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, a Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

**11.10.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério da Pregoeira que comunicará às licitantes por meio do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

**11.11.** A Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando **ACEITO,** e passando para a fase de habilitação;

**11.11.1.** A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto no item 11.5.1.1 deste referido edital.

**12 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS**

**12.1**. Nos casos em que a Pregoeira constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**12.1.1.** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**12.1.2.** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Pregoeira procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

**13 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)**

**13.1.** Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a fase de habilitação da (s) licitantes (s);

**13.2.** A documentação de habilitação das Licitantes poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, e pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido pela **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO,** **NOS DOCUMENTOS POR ELES ABRANGIDOS;**

**13.2.1.** Os cadastros supramencionados serão consultados pela Pregoeira, onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão inclusos aos autos.

**13.2.1.** O licitante que não possuir o cadastro nesta Superintendência poderá providenciá-lo antes da data de abertura da sessão, no Setor de Protocolo da SUPEL, podendo obter informações por meio do telefone (69) 3212-9242.

**13.3** O licitante deverá **declarar**, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, na forma do art. 27, inciso V, da Lei 8666/93, com a redação dada pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

**13.4** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que se compromete a informar a SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO de sua habilitação, nos termos do § 2º do art. 32 da lei 8666/93, observadas as penalidades cabíveis.

**13.5. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

1. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual,** admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal,** admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
4. Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
5. Certidão de Regularidade de Débito - **CND,** relativa às Contribuições Sociais fornecida pelo **INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**13.6. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:**

1. Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**13.7 RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social,** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;

ou conforme o caso:

Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, No caso de sociedade civil,.

Registro Comercial, no caso de empresa individual.

Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

Cédula de identidade, no caso de pessoa física (quando viável a participação).

**13.8 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei n°. 11.101/05 **(recuperação judicial, extrajudicial e falência)** emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

**13.9 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**13.9.1**  Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar **atestado de capacidade técnica**, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível em **características e quantidades de cada item;**

**a)**  Entende-se por pertinente e compatível em **características**o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento em contratos anteriores que sejam compatíveis e pertinentes com o objeto da licitação, ou seja compatíveis e pertinentes com as  especificações técnicas dos itens 1, 2 e 3.

**b)**  Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade**o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento em contratos anteriores de no mínimo 20% (vinte por cento) dos quantitativos especificados **de cada item.**

**c)**O atestado deverá indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.

**e)**  A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

**13.10.** Caso a licitante esteja com algum documento de habilitação desatualizado, ou não possua os cadastros da SUPEL/SICAF **DEVERÁ ANEXAR EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA COMPRASNET** os referidos documentos,quando a Pregoeira realizar a convocação da licitante para enviar o ANEXO, **no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos**, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

**13.10.1.** Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pela Pregoeira, através do sistema eletrônico.

**13.10.2.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

**13.10.3.** **O ENVIO DE TODA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .Rar, .doc, .docx, .JPG ou PDF**)**, TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE O ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.**

**13.10.4.** **A PREGOEIRA, EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CASO ELE ANEXE ERRADO.**

13.11. A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

13.12. A Pregoeira poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

**13.13.** O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

**13.14**. Para fins de habilitação, a verificação pela Pregoeira nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

13.14.1. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pela Pregoeiro via *on line*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pela Pregoeiro, para o envio dos mesmos.

**13.15.** As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

**13.16.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar n° 123/06 e do Decreto Estadual 15.643/2011, art. 4º;

**13.17.** As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição** (Decreto Estadual 15.643/2011, art. 4º);

**13.17.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis,** cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**13.17.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **13.12.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à SUPEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;

**13.18.** Serão realizadas consultas, ao **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP,** instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (**Lei Federal nº 12.846/2013) e ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores** – **SICAF**, a fim de evitar contratação e empresas que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.

**13.18.1** A comprovação estabelecida no subitem anterior é uma determinação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, através da Decisão Monocrática nº. 119/2015/GCVCS/TCE/RO, com vistas a não adjudicar e homologar certames à empresas inidôneas sob pena de incidirem nas disposições e penalidades previstas no art. 55, Inciso IV da Lei Complementar 154/96.

**13.19. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:**

**13.19.1**. Em nome da licitante com o n° do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

1. *Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;*
2. *Se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;*

**13.19.2**. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

13.20. Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, a Pregoeira HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

**13.21.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**14 – DOS RECURSOS**

**14.1.** Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

**14.2.** Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, art. 4°, Lei Federal n.° 10.520/2002).

**14.2.1.** A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico **(campo próprio do sistema Comprasnet),** devendo o licitante observar as datas registradas.

**14.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

**14.4.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.5.** A decisão da Pregoeira a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

**14.6.** A decisão da Pregoeira e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira.

**14.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

###### **14.8.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Superintendência Estadual De Licitações – SUPEL, **sito o endereço: Av. Farquar, S/N, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036 e Telefone: (0XX) 69.3212-9264, de segunda a sexta-feira, das 07h:30min às 13h:30min.**

**14.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:**

1. Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;

**b)** Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.

**14.9.1**. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

**14.9.2**. A intimação dos atos referidos no subitem 14.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

**14.9.3**. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

**14.9.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

**15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

**15.2.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico **www.comprasnet.gov.br.**, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

15.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

15.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

15.5. Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira.

**16 - DO PAGAMENTO:**

Conforme estabelecido no item 11 e seus subitens do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**a)** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento do FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR - FUMRESPOM, Unidade Gestora 15015, Fonte 0100, 0148 e 0249, Programa ou Projeto Atividade, 2144 Elemento de Despesas 44.90.52 no que se refere a demanda da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

**b)** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento da POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA - POLITEC, Unidade Gestora 15006, Fonte 0100, Programa ou Projeto Atividade 1277, Elemento de Despesas 44.90.52 no que se refere a demanda da Polícia Técnico Científica - POLITEC.

**c)** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento do FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUNESBOM, Unidade Gestora 15014, Fonte 0100 e 0226, Programa ou Projeto Atividade, 1277 Elemento de Despesas 44.90.52 no que se refere a demanda do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

**d)** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN, Unidade Gestora 15020, Fonte 0240, Programa ou Projeto Atividade, 1020, Elemento de Despesas 44.90.52 no que se refere a demanda do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

**18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Conforme estabelecido no subitem 22.1 e suas alíneas do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**19 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Conforme estabelecido no subitem 22.2 e suas alíneas do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**20 - DAS PENALIDADES/** **DAS SANÇÕES**

Conforme estabelecido no subitem 23.1 e 23.2 e suas alíneas do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**21 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Conforme estabelecido no item 16 e seus subitens do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1. **– DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**22.1.** A Administração Pública se reserva no direito de:

**22.2.** Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

**22.3.** Revogar por interesse da Superintendência Estadual de Licitações do Estado de Rondônia – SUPEL/RO, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Decreto nº. 12.205/2006.

**22.4.** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

**22.5.** À Pregoeira ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**22.6.** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**22.7.** Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pela Pregoeira.

**22.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

**22.9.** O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4° da Lei ° 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**22.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

**22.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

**22.12.** Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

**22.13.** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse **da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA,** a finalidade e a segurança da contratação.

**22.14.** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, onde a contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites previstos no § 1°, do artigo 65 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, tendo como base os preços constantes da (s) proposta (s) Contratada (s), diante de necessidade comprovada da Administração.

**22.15.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

**22.16.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

**22.17.** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br/)**,** sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**22.18.** Fica assegurada **a** **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA,** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

**22.19.** Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

**22.20.** Aos Casos Omissos, serão solucionados diretamente pela Pregoeira ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as demais condições constantes na Lei Federal nº.10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº. 12.205, de 02.06.2006, e subsidiariamente, na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

**22.21.** É vedado à contratada subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da presente contratação.

**22.22.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site www.comprasnet.gov.br. e alternativamente no site www.rondonia.ro.gov.br/supel.

**22.23.** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

**22.24.** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (069) 3212-9264, pelo e-mail: [alfasupel@hotmaiol.com](mailto:alfasupel@hotmaiol.com) ou na sede **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO.**

**22.25.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Porto Velho/RO.

**22.26.** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81da Lei 8.666/93.

**26 – ANEXOS**

**26.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I Termo de Referência;**

**ANEXO II Quadro Estimativo de Preços;**

**ANEXO III Minuta da Ata de Registro de Preços;**

**ANEXO III Minuta de solicitação de Adesão à ARP;**

**Porto Velho-RO, 21 de agosto de 2018.**

**VANESSA DUARTE EMENERGILDO**

Pregoeira SUPEL-RO

Mat. 30011098

**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

**ANEXO I DO EDITAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

A Unidade Orçamentária é a 15015 – FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR- **FUMRESPOM.**

O presente Termo de Referência tem por objetivo à formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de tecnologia embarcada (SMARTPHONES e BATERIA PORTÁTIL), para atender as necessidades da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, tendo como fundamentação legal as Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, e orientado ainda pelo Decreto Estadual nº 12.205/2006.

**1.2 - INTERESSADOS:**

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

**2. OBJETIVOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º da Lei nº 8.666/93 e artigo 3º, Inciso I da Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 18.340/13, o presente Termo de Referência, cujo objeto são às aquisições futuras e eventuais de equipamentos permanentes smartphone tipo I, bateria portátil e smartphone tipo II, visando atender as ações constantes de Registro de Ocorrência Policial, Ocorrência relativas a atendimentos do Corpo de Bombeiros Militar - CBM, Polícia Técnico Científica - POLITEC, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN nas atividade de fiscalização de trânsito, e ainda, o monitoramento preventivo com acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, disponibilizando a elas a ferramenta mobile para acionamento dos serviços de emergência. Tais ações, visam o fortalecimento da gestão da Segurança Pública nos municípios do estado de Rondônia, sendo que estas, serão subsidiadas com recursos de desvinculação de receitas e recursos provenientes de Emendas parlamentares estaduais.

**3. JUSTIFICATIVA DE ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

 Neste contexto, o SRP em tela, justifica-se em decorrência das imposições do Decreto Estadual 18.340/2013 – “Regulamenta o sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e dá outras providências.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente, nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, objetivando a adequação do estoque mínimo e máximo, ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

...

§ 1º. Poderá ainda ser utilizado o registro de preços em outras hipóteses a critério da administração, observando o disposto neste Decreto.

Considerando que à pretensa aquisição visa atender as demandas da Polícia Militar e dos Órgãos participantes na execução das atividades operacionais correlatas em todos os municípios do Estado, a entrega dos equipamentos dar-se-á gradativamente, haja vista que para receber os equipamentos de tecnologia embarcada, objeto deste termo, os municípios atendidos através dos batalhões deverão estar aptos a efetuar os registros de ocorrências sob sua jurisdição através do sistema mobile, necessitando assim, de treinamento junto ao Centro de Informática da Polícia Militar do Estado de Rondônia - CINFO.

Nesse sentido, o objeto visa melhorar o atendimento das ocorrências policiais, aumentando a efetividade dos registros de ocorrência em todo Estado de Rondônia.

Assim sendo, uma vez que a sua utilização será efetuada de forma parcelada, qual seja, através de recursos de desvinculação de receitas ao longo do exercício orçamentário e  recursos provenientes de Emendas Parlamentares Estaduais de Rondônia, por si só, justifica-se o registro de preços, atendendo desta forma aos ditames do Decreto retro, o que coaduna com a utilização de entregas parceladas, e que através da  Ata de Registro de Preços, serão possíveis as aquisições módicas e parceladas para atendimento de acordo com as necessidades dos Batalhões de Polícia Militar, Grupamentos do Corpo de Bombeiros, Equipes de Polícia Técnico Científica e Circunscrições Regionais de Trânsito em todo o Estado de Rondônia, sem comprometer a qualidade dos bens adquiridos, adequando-se assim as normas do art. 3º, I e II, do Decreto Estadual 18.340/13.

**4. OBJETO DO TERMO DE REFERÊNCIA:**

4.1 O objeto deste Termo de Referência são às aquisições futuras e eventuais de equipamentos permanentes – SMARTPHONES TIPO I e TIPO II e BATERIA PORTÁTIL,  visando atender as ações constantes de Registro de Ocorrência Policial e de Fiscalização de Trânsito relativas aos componentes de apoio à descentralização e ao fortalecimento da gestão destas nos municípios do estado de Rondônia.

4.2 O corolário da segregação da contratação em itens é a obrigatoriedade de aplicação da regra do parcelamento, contida no art. 23, § 1º, da Lei 8666/1993. 2.9.2, sendo que **a referida contratação é a de menor preço por item.**

**5. JUSTIFICATIVA:**

**5.1  JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR - PMRO:**

Sabe-se que o **objetivo** da aquisição dos equipamentos de tecnologia embarcada é o de que esta possibilitará a autoridade policial, seja ela civil ou militar, a execução com mais eficiência e praticidade dos registros de ocorrências nos locais dos fatos, sendo que a disponibilidade de um segundo equipamento aumentará ainda mais essa agilidade, proporcionando a economia nos deslocamentos de viaturas que não necessitarão ir até a Delegacia de Polícia para o registro de uma simples ocorrência, e ainda, maior rapidez na prontidão das guarnições de serviço para o atendimento ao cidadão em novas ocorrências em cada localidade do Estado de Rondônia, promovendo o exercício da competência comum relativa aos registros de ocorrência policial, combatendo a criminalidade em qualquer de suas formas, bem como garantindo ao cidadão o seu direito a segurança pública.

Nesse sentido, é **importante**a Aquisição dos Equipamentos de Tecnologia Embarcada (smartphone tipo I e bateria portátil) porque são necessários para que os policiais militares de todo o Estado desenvolvam suas atividades cotidianas de registros de ocorrência, checagem de pessoas suspeitas e a fiscalização de trânsito de forma muito mais célere, com as condições necessárias e adequadas para os devidos procedimentos inerentes às respectivas tarefas, cumprindo assim, de forma eficiente e eficaz, sua missão constitucional de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas.

O **Smartphone tipo I** servirá como um segundo equipamento mobile, complementar ao tablet que já estará na viatura, e que para cada tablet haverá um smartphone disponível, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo do Smartphones tipo I será, no âmbito da PMRO, de 740 (setecentos e quarenta) unidades, distribuídos conforme quadro abaixo.

A **Bateria Portátil** servirá para auxiliar o carregamento durante as atividades operacionais, tanto do tablet como dos Smartphones Tipo I, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo de Baterias Portátil será, no âmbito da PMRO, de 740 (setecentos e quarenta) unidades, distribuídas conforme quadro abaixo.

O **Smartphone tipo II** tem a finalidade de servir vítimas de violência doméstica sem condições econômicas, para que estas, utilizando dessa tecnologia, possam acionar o serviço de emergência e assim, sejam alcançadas pelo monitoramento especializado pela Patrulha Maria da Penha, garantindo a sua efetiva proteção. O quantitativo do Smartphone tipo II será de 1.000 (mil) unidades, considerando suas distribuição em todas os Batalhões da Polícia Militar em todo Estado de Rondônia, baseado no planejamento de governo de implantação de patrulhas Maria da Penha, conforme quadro a abaixo.

As eventuais aquisições dos equipamentos são **economicamente** viáveis porque o uso desses, somado aos demais equipamentos mobile que já estão em fase final de aquisição e aliados aos devidos treinamentos dos policiais militares para seu uso, proporcionarão maior agilidade no registro de ocorrências, garantirão economia de combustível em viaturas pela não necessidade de deslocamento destas para a delegacia para o registro de ocorrências, proporcionarão uma maior disponibilidade de viaturas para o atendimento ao cidadão, dentre outros benefícios.

As eventuais aquisições do smartphone tipo II, são **economicamente** viáveis pois garantirá de forma efetiva o monitoramento de mulheres vítimas de violência doméstica que não possuem condições econômicas, garantindo sua proteção e devido acompanhamento pelas equipes de patrulha Maria da Penha. Os equipamentos serão programados para atender somente a finalidade a que se propõe.

A **guarda e distribuição dos equipamentos** ficarão sob a responsabilidade dos chefes de cada Unidade Operacional da Polícia Militar - PM RO em todo o Estado de Rondônia, conforme distribuição abaixo. Quanto aos smartphones tipo II, sua guarda e distribuição ficará sob a responsabilidade dos Comandantes das Unidades que contém as equipes de patrulha Maria da Penha.

Na estrutura Organizacional da Polícia Militar os equipamentos atenderão a demanda por Unidades, às quais são constituídas por Batalhões (BPM), que em sua estrutura ainda se dividem em Companhias (CIAS), Pelotões (PEL) e Grupos de Polícia (GP’s), considerando-se as subordinações dos demais desdobramentos. A Unidade Batalhão será responsável pela distribuição dentro de sua área conforme a frota de veículos e efetivo que correspondem aos equipamentos.

A Técnica quantitativa de estimação dos equipamentos a serem adquiridos e a quantidade estimada prevista a ser adquirida conforme quadro de especificações técnicas, tem por parâmetro a seguinte utilização na estrutura da Polícia Militar explicitada no quadro abaixo, que utilizarão os equipamentos nas atividades fim.

Foram ainda observados, os seguintes critérios para a distribuição dos equipamentos:

1. que fossem contemplados todos os veículos utilizados pela PMRO nas localidades das Coordenadorias Regionais de Policiamento;

2. que cada unidade operacional possuísse quantidade de equipamentos extras para serem utilizados quando da realização de instruções para difusão do sistema Mobile de tecnologia embarcada, possibilitando continuamente, o aperfeiçoamento da tropa;

3. que parte dos equipamentos fossem distribuídos para a Diretoria de Ensino para a formação de novos policiais dentro do sistema Mobile;

4. que parte dos equipamentos fossem destinados para o Centro de Informática, para realização de cópias de segurança e substituição quando necessário;

5. a estimativa de mulheres atendidas pela patrulha Maria da Penha no Estado de Rondônia.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISTRIBUIÇÃO DETALHADA NA PM** | | |  |
| **UNIDADES OPERACIONAIS​** | **SMARTPHONE TIPO I** | **BATERIA PORTÁTIL** | **SMARTPHONE TIPO II** |
| BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL – BPA | 43 | 43 | 00 |
| 1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Porto Velho | 43 | 43 | 80 |
| 2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Ji-Paraná | 43 | 43 | 80 |
| 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Vilhena | 43 | 43 | 80 |
| 4º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Cacoal | 43 | 43 | 80 |
| 5º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Porto Velho | 43 | 43 | 80 |
| 6º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE FRONTEIRA – Guajará Mirim | 43 | 43 | 80 |
| 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Ariquemes | 43 | 43 | 80 |
| 8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – Jarú | 43 | 43 | 80 |
| 9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR –  Porto Velho | 24 | 24 | 80 |
| COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO | 43 | 43 | 00 |
| COMPANHIA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS - COE | 43 | 43 | 00 |
| 10º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR – ROLIM DE MOURA | 43 | 43 | 80 |
| DIRETORIA DE ENSINO – DE | 150 | 150 | 00 |
| CINFO - PARA BACKUP EVITAR SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE | 50 | 50 | 200 |
| **TOTAL** | **740** | **740** | **1000** |

**5.2 JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA - POLITEC RO:**

Sabe-se que o **objetivo** da aquisição dos equipamentos de tecnologia embarcada é o de que estas possibilitará a autoridade policial, seja ela civil ou militar, a execução com mais eficiência e praticidade dos registros de ocorrências nos locais dos fatos, sendo que a disponibilidade de um segundo equipamento aumentará ainda mais essa agilidade e a rapidez na prontidão das equipes de polícia técnica para o atendimento ao cidadão em ocorrências em cada localidade do Estado de Rondônia, promovendo o exercício da competência na elaboração de perícias, combatendo a criminalidade em qualquer de suas formas, bem como garantindo ao cidadão o seu direito a segurança pública.

Nesse sentido, é **importante** a Aquisição dos Equipamentos de Tecnologia Embarcada (smartphone tipo I e bateria portátil) porque são necessários para que os agentes da polícia técnica de todo o Estado de Rondônia desenvolvam suas atividades cotidianas de registros de ocorrência de forma muito mais célere, com as condições necessárias e adequadas para os devidos procedimentos inerentes às tarefas, cumprindo assim os compromissos com a sociedade.

Considerando que o **Smartphone tipo I** servirá como um segundo equipamento mobile, complementar ao tablet que já estará na viatura, e que para cada tablet haverá um smartphone disponível, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo do Smartphones tipo I será, no âmbito da POLITEC, de 40 (quarenta) unidades, distribuídos conforme quadro abaixo.

Considerando que a **Bateria Portátil** servirá para auxiliar o carregamento durante as atividades operacionais, tanto do tablet como dos Smartphones Tipo I, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo de Baterias Portátil será, no âmbito da POLITEC, de 40 (quarenta) unidades, distribuídas conforme quadro abaixo.

As eventuais aquisições dos equipamentos são **economicamente** viáveis porque o uso desses, somado aos demais equipamentos mobile que já estão em fase final de aquisição e aliados aos devidos treinamentos dos agentes de polícia técnico científica, proporcionarão maior agilidade no atendimento ao cidadão, pois serão utilizados de forma integrada através do softaware mobile, garantindo maior agilidade nas chamadas do CIOP, proporcionando atendimento rápido ao cidadão em locais de acidente de trânsito, acidentes de trabalho ou em locais de crimes que necessitem das ações da POLITEC, garantindo a eficiência e eficácia.

A **guarda e distribuição dos equipamentos** ficará sob a responsabilidade dos chefes de cada Unidade Operacional da Polícia Técnico Científica - POLITEC RO em todo o Estado de Rondônia, conforme distribuição abaixo.

Na estrutura Organizacional da Polícia Técnico Científica - POLITEC, os equipamentos atenderão a demanda por viaturas nas Unidades do Estado de Rondônia. As unidades regionais serão responsáveis pela distribuição dentro de suas respectivas áreas conforme a frota de veículos e efetivo que correspondem aos equipamentos.

A Técnica quantitativa de estimação dos equipamentos a serem adquiridos e a quantidade estimada prevista a ser adquirida conforme quadro de especificações técnicas, tem por parâmetro a seguinte utilização na estrutura da Polícia Técnico Científica - POLITEC, explicitada no quadro abaixo, que utilizarão os equipamentos nas atividades fim, observando-se os seguinte critérios:

1. Contemplação de todos os veículos utilizados pela Politec, de modo que cada veículo fique devidamente equipado e apto para o emprego;

2. Onde cada unidade pericial possuísse um conjunto extra de equipamento, para ser utilizado quando, a realização de perícias, não necessitem de deslocamentos ou quando o perito é deixado em local, sem acompanhamento de viatura;

3. Que fosse disponibilizado um conjunto para ser utilizado nos testes do Programa Piloto do Sistema Multibiométrico;

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISTRIBUIÇÃO DETALHADA NA POLITEC** | | | |
| **LOCALIDADE** | **UNIDADE PERICIAL** | **SMARTPHONE TIPO I** | **CARREGADOR PORTÁTIL** |
| **Porto Velho** | IC Veículos | 02 | 02 |
|  | IC Interno | 02 | 02 |
|  | IC Meio Ambiente | 02 | 02 |
|  | ILC Veículos | 02 | 02 |
|  | ILC Interno | 02 | 02 |
|  | IDNA Veículos | 02 | 02 |
|  | IDNA Interno | 02 | 02 |
|  | DG Veículos | 02 | 02 |
| **Sem localidade** | Veículos reserva | 00 | 00 |
| **Ariquemes** | CCRIM-ARQ Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM-ARQ Interno | 01 | 01 |
| **Cacoal** | CCRIM-CAC Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM-CAC Interno | 01 | 01 |
| **Guajará-Mirim** | CCRIM-GMI Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM-GMI Interno | 01 | 01 |
| **Jaru** | CCRIM-JAR Veículos | 01 | 01 |
|  | CCRIM-JAR Interno | 01 | 01 |
| **Ji-Paraná** | CCRIM-JPI Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM-JPI Interno | 01 | 01 |
| **Rolim de Moura** | CCRIM-RDM Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM-RDM Interno | 01 | 01 |
| **São Miguel do Guaporé** | CCRIM-SMG Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM- SMG Interno | 01 | 01 |
| **Vilhena** | CCRIM-VIL Veículos | 02 | 02 |
|  | CCRIM-VIL Interno | 01 | 01 |
|  | CCRIM-VIL SMB | 01 | 01 |
| **TOTAL** |  | **40** | **40** |

**5.3  JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM RO:**

Sabe-se que o **objetivo** da aquisição dos equipamentos de tecnologia embarcada é o de que possibilitará à autoridade policial, seja ela civil ou militar, a execução com mais eficiência e praticidade dos Registro de Atividades Bombeiros Militar - RAB nos locais dos fatos, sendo que a disponibilidade de um segundo equipamento aumentará ainda mais essa agilidade, proporcionando a economia nos deslocamentos de viaturas que não necessitarão ir até a Delegacia de Polícia para o registro de uma simples ocorrência, e ainda, maior rapidez na prontidão das guarnições de serviço para o atendimento ao cidadão em novas ocorrências em cada localidade do Estado de Rondônia, promovendo o exercício da competência comum relativa aos Registros de Atividades Bombeiros Militar - RAB, atendendo ao cidadão rondoniense com mais eficiência e eficácia.

Nesse sentido, é **importante** a Aquisição dos Equipamentos de Tecnologia Embarcada (smartphone tipo I e bateria portátil), porque são necessários para que os bombeiros militares de todo o Estado desenvolvam suas atividades cotidianas de Registros de de Atividades - RAB de forma muito mais célere, com as condições necessárias e adequadas para os devidos procedimentos inerentes às tarefas, cumprindo assim os compromissos com a sociedade.

Considerando que o **Smartphone tipo I** servirá como um segundo equipamento mobile, complementar ao tablet que já estará na viatura, e que para cada tablet haverá um smartphone disponível, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo do Smartphones tipo I será, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar - CBM RO, de 100 (cem) unidades, distribuídos conforme quadro abaixo.

Considerando que a **Bateria Portátil** servirá para auxiliar o carregamento durante as atividades operacionais, tanto do tablet como dos Smartphones Tipo I, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo de Baterias Portátil será, no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar - CBM RO, de 100 (cem) unidades, distribuídas conforme quadro abaixo.

As eventuais aquisições dos equipamentos são **economicamente** viáveis porque o uso desses, somado aos demais equipamentos mobile que já estão em fase final de aquisição e aliados aos devidos treinamentos dos bombeiros militares para seu uso, proporcionarão maior rapidez no atendimento de vítimas de acidentes de trânsito e incêndios devido a integração do sistema, onde as ocorrências e seus respectivos locais serão acionadas automaticamente pelo CIOP através do sistema mobile, garantirão também a agilidade no Registros de de Atividades - RAB e a economia de combustível em viaturas pela não necessidade de deslocamento destas para a delegacia para o Registros de de Atividades - RAB, proporcionarão uma maior disponibilidade de viaturas para o atendimento ao cidadão e facilitará a elaboração de estatísticas de atendimentos de ocorrências (incêndios em área urbana, incêndios em área rural) de forma completa e em tempo real em todo o esta de Rondônia, dentre outros benefícios.

A **guarda e distribuição dos equipamentos** ficará sob a responsabilidade dos chefes de cada Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros Militar - CBM RO em todo o Estado de Rondônia, conforme distribuição abaixo.

Na estrutura Organizacional do Corpo de Bombeiros Militar os equipamentos atenderão a demanda por Unidades, às quais são constituídas por Grupamento de Bombeiros (GB), que em sua estrutura ainda se dividem em Companhias SubGrupamento de Bombeiros (SGB) considerando-se as subordinações dos demais desdobramentos. As Unidades Operacionais GB e SGB, serão responsáveis pelas distribuições dentro de suas áreas conforme a frota de veículos e efetivo que correspondem aos equipamentos.

A Técnica quantitativa de estimação dos equipamentos a serem adquiridos e a quantidade estimada prevista a ser adquirida conforme quadro de especificações técnicas, tem por parâmetro a seguinte utilização na estrutura do Corpo de Bombeiros Militar explicitada no quadro abaixo, que utilizarão os equipamentos nas atividades fim.

 1. - ÁREA DE ATUAÇÃO GEOGRÁFICA:

Atualmente o Corpo de Bombeiros está presente em 14 dos 52 municípios de Rondônia, atendendo diretamente 72% da população do estado totalizando 1.287,361 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e um) habitantes. Os municípios que possuem unidades do Corpo de Bombeiros são os mais populosos do estado:

 2. - NÚMERO DE OCORRÊNCIAS ATENDIDAS:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Nº de Ocorrências Registradas último** | **População** |
| Porto Velho | 4.848 | 519.436 |
| Ji-Paraná | 5.641 | 132.667 |
| Ariquemes | 2.591 | 107.345 |
| Vilhena | 2.878 | 95.630 |
| Cacoal | 3.418 | 88.507 |
| Rolim de Moura | 4.264 | 57.074 |
| Jaru | 1.929 | 55.871 |
| Guajará-Mirim | 3.210 | 47.451 |
| Pimenta Bueno | 2.533 | 40.702 |
| Ouro Preto do Oeste | 2.264 | 39.759 |
| Buritis | 585 | 39.044 |
| Machadinho do Oeste | 738 | 38.609 |
| Candeias do Jamari | 79 | 25.266 |
| Cerejeiras | 1.068 | 17.934 |
| **Total** | **36.046** | **1.305.295** |

                                                                            Fonte: sisRab (Sistema de Registro de Atividades de bombeiros)

Considerando a relação entre o número de atendimentos realizados pela corporação em cada município no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, e a quantidade de habitantes, observa-se que para melhor atender a população, há a necessidade de se obter o controle mais efetivo com relação as métricas envolvidas nas ocorrências, como:

Tempo de registro, tempo de alocação, tempo de deslocamento e tempo de atendimento;

Controle efetivo sobre os dados das ocorrências;

Controle do trabalho integrantes das centrais, mostrando a performance dos operadores da central;

Emissão de relatórios térmicos sobre mapas, estatísticos;

Integração com os outros sistemas da SESDEC;

Neste sentido, optou-se por relacionar a quantidade de viaturas utilizadas para os atendimentos a população ao número de equipamentos solicitados, atendendo dessa forma a necessidade quanto ao processo em tela.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DISTRIBUIÇÃO DETALHADA NO CBM** | | | |
| **LOCALIDADE** | | **SMARTPHONE TIPO I​** | **BATERIA PORTÁTIL** |
| PORTO VELHO | OPERACIONAL | 15 | 15 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 5 | 5 |
| ARIQUEMES | OPERACIONAL | 7 | 7 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| GUAJARA MIRIM | OPERACIONAL | 6 | 6 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| JARU | OPERACIONAL | 6 | 6 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| JI-PARANÁ | OPERACIONAL | 7 | 7 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| MACHADINHO D'OESTE | OPERACIONAL | 4 | 4 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| OURO PRETO | OPERACIONAL | 4 | 4 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| PIMENTA BUENO | OPERACIONAL | 5 | 5 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| ROLIM DE MOURA | OPERACIONAL | 4 | 4 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| VILHENA | OPERACIONAL | 6 | 6 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| CACOAL | OPERACIONAL | 7 | 7 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| CANDEIAS DO JAMARI | OPERACIONAL | 3 | 3 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| BURITIS | OPERACIONAL | 6 | 6 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| CEREJEIRAS | OPERACIONAL | 2 | 2 |
| DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS | 1 | 1 |
| **TOTAL** |  | **100** | **100** |

**5.4 JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN RO:**

Sabe-se que o **objetivo** da aquisição dos equipamentos de tecnologia embarcada é o de que estes possibilitarão aos agentes de trânsito do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN a execução com mais eficiência e praticidade na elaboração dos Autos de Infrações de Trânsito - AIT, sendo que a disponibilidade de um segundo equipamento (**smartphone tipo I**), aumentará ainda mais essa agilidade porque aos AIT's serão elaborados de forma digital nos equipamentos, proporcionando maior rapidez, eficiência e eficácia nas ações de fiscalização de trânsito.

Nesse sentido, é **importante**a Aquisição dos Equipamentos de Tecnologia Embarcada (smartphone tipo I e bateria portátil) porque estes são necessários para que os agentes de trânsito de todo o Estado de Rondônia desenvolvam suas atividades cotidianas de elaboração dos Autos de Infrações de Trânsito - AIT's durante as fiscalizações de trânsito, como por exemplo as Operações de Lei Seca, com muito mais rapidez, pois o processamento das referida infrações serão feitas de forma eletrônica, garantindo o aumento da quantidade de veículos fiscalizados, diminuindo o tempo de atendimento ao cidadão, proporcionando a eficaz consulta rotineira de veículos e consequentemente garantindo um trânsito mais seguro em todo o Estado.

Considerando que o **Smartphone tipo I** servirá como um segundo equipamento mobile, complementar ao tablet que já estará na viatura e que para cada tablet haverá um smartphone disponível, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo do Smartphones tipo I será, no âmbito do DETRAN RO, de 600 (seiscentas) unidades, distribuídas conforme quadro abaixo.

Considerando que a **Bateria Portátil** servirá para auxiliar o carregamento durante as atividades operacionais, tanto do tablet como dos Smartphones Tipo I, o quantitativo a ser adquirido será o mesmo constante do item 1.2 das especificações técnicas do processo de nº [0021.009471/2018-72](https://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=731953&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000763&infra_hash=25e3c24d68bc691b5b807411af2271df326579f6e3a918ec365684a8b834923e), conforme especificados. Assim sendo, o quantitativo de Baterias Portátil será, no âmbito do DETRAN RO, de 600 (seiscentas) unidades, distribuídas conforme quadro abaixo.

As eventuais aquisições dos equipamentos são **economicamente** viáveis porque o uso desses, somado aos demais equipamentos mobile que já estão em fase final de aquisição e aliados aos devidos treinamentos dos agentes de trânsito para seu uso, proporcionarão maior agilidade no processamento de infrações de trânsito que ocorrerá de forma eletrônica, garantirá o aumento significativo da quantidade de veículos fiscalizados, garantirá a diminuição da circulação de veículos irregulares, proporcionará o aumento da arrecadação de impostos e taxas para o DETRAN, garantirá o custo zero na impressão de Autos de Infração de Trânsito em papel, modelo até então utilizado e de preenchimento manual para cada infração, diminuirá o número de acidentes de trânsito e consequentemente o número de vítimas fatais e não fatais, o que garantirá com excelência um trânsito mais seguro para os cidadãos em todo o Estado de Rondônia.

A **guarda e distribuição dos equipamentos** ficará sob a responsabilidade dos chefes de cada Unidade Operacional do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN em todo o Estado de Rondônia, conforme distribuição abaixo.

A Técnica quantitativa de estimação dos equipamentos a serem adquiridos e a quantidade estimada prevista a ser adquirida conforme quadro de especificações técnicas, tem por parâmetro a seguinte utilização na estrutura do Departamento Estadual de Trânsito conforme explicitada no quadro abaixo, que utilizarão os equipamentos nas atividades fim conforme a demanda por Autos de Infração que deverão aumentar significativamente com a aquisição dos equipamentos MOBILE.

O Detran Renainf imprime atualmente, aproximadamente **1600** (uma mil e seiscentas) notificações por dia e considerando que as atividades de fiscalização são estendidas aos finais de semana e feriados, são processadas um total de **48.000** mil notificações por mês aproximadamente.

Na estrutura Organizacional do Departamento Estadual de Trânsito os equipamentos atenderão as demanda de processamento de Autos de Infrações de Trânsito por Unidades Operacionais, conforme especificado no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISTRIBUIÇÃO DETALHADA DO DETRAN-RO** | | |
| **UNIDADES OPERACIONAIS​** | **SMARTPHONE TIPO I** | **BATERIA PORTÁTIL** |
| **CIRETRAN de PORTO VELHO (Diretoria de Fiscalização e Autos de Infração)** | 189 | 189 |
| **CIRETRAN de ARIQUEMES (Sede da Fiscalização)** | 90 | 90 |
| **CIRETRAN de JARU (Sede da Fiscalização)** | 50 | 50 |
| **CIRETRAN de JI PARANÀ (Sede da Fiscalização)** | 123 | 123 |
| **CIRETRAN de CACOAL (Sede da Fiscalização)** | 40 | 40 |
| **CIRETRAN de VILHENA (Sede da Fiscalização)** | 30 | 30 |
| **CIRETRAN de ROLIM DE MOURA (Sede da Fiscalização)** | 50 | 50 |
| **CIRETRAN de GUAJARA MIRIM (Sede da Fiscalização)** | 28 | 28 |
| **TOTAL** | **600** | **600** |

**6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ORDEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNIDADE** | **QUANTIDADE** |
| 01 | **SMARTPHONE TIPO I**  Deverá possuir no mínimo processador octacore com frequência de 1,6 GHz (Mínimo);  Deverá possuir memória interna de 32GB (mínimo), expansível no mínimo de 32GB (mínimo) através de cartão micro SD;  Deverá possuir memória RAM de 3.0GB (mínimo);  Deverá possuir sistema de GPS integrado, com as tecnologias A-GPS, GLONASS e BeiDou (obrigatório);  Possuir leitor de digital integrado ao smartphone;  Possuir proteção Gorilla Glass;  Deverá possuir tela touchscreen full HD, ou seja, resolução de 1920x1080 pixels, do tipo capacitiva de 5,5" a 6,0”;  Deverá possuir câmera frontal de no mínimo 8MPixel com resolução de vídeo HD, e traseira (obrigatória) com resolução mínima de 12MPixel da câmera traseira com resolução de gravação Full HD, possuindo flash na câmera traseira possibilitando o registro de imagem em ambientes escuros;  Deverá possuir recurso de gravação de vídeo HD ou superior;  Deverá possuir recursos de conexão Wi-Fi 802.11 b/g/n, Bluetooth 4.1 ou superior, 4G e micro USB embutidos;  Deverá possuir sistema operacional Android 6.0 ou mais recente;  Deverá possuir deverá possuir 02(dois) slots para cartão SIM(dual chip), sem bloqueio ou trava para qualquer operadora de telefonia;  Deverá ser entregue com cartão de memória compatível: Cartão SD ou MicroSD (Classe 10 ou superior) com mínimo de 32GB;  Deverá possuir bateria com no mínimo 3000Mah.  Deverá possuir no mínimo os seguintes acessórios inclusos: 1 (uma) Bateria, carregador de bateria, fone de ouvido, cabo usb, documentação de operação; Observação: todos acessórios deverão ser originais e fornecidos pelo fabricante do smartphone ofertado.  O equipamento deverá ser homologado pela Anatel (o fornecedor deverá apresentar cópia do certificado de homologação junto à ANATEL quando da entrega do produto).  Deverá estar incluso no produto uma película, preferencialmente de gel, de proteção para a tela do smartphone, e entregue uma segunda película para eventual substituição caso ocorra a danificação da primeira durante o uso do equipamento.  Deverá estar incluso na entrega de cada equipamento capa de proteção emborrachada anti-shock, com proteção reforçada para os quatro cantos nas extremidades do aparelho, a exemplo de bolhas de ar façam com que o smartphone sofra o menor impacto possível durante uma queda.  Deverá apresentar as configurações semelhantes aos aparelhos marca Samsung modelo J7 PRIME ou J7 PRIME 2, Smartphone Motorola Moto G6 Play ou Smartphone Asus Zenfone 3 ZE552KL.  **Garantia e Suporte:**  De 24 meses com solução do defeito em no máximo 10 (dez) dias úteis, findado tal período se não sanada a irregularidade deverá ser substituído o equipamento por outro de mesma especificação técnica do inicialmente ofertado. | Unidade | 1480 |
| 02 | **BATERIA PORTÁTIL**  Bateria portátil para carregamento de Smartphones;  Capacidade da bateria de, no mínimo, 10000 mAh;  Dimensão máxima da bateria de 80mm × 150mm × 20mm (LxAxP), admitida uma variação de 5%;  Peso máximo de 280 gramas, admitida uma variação de 5%;  Compatível com saída V8, especifica de vários modelos de Smartphone;  Com saída (output) para carregamento do equipamento entre 1.5Mah até o máximo de 2.1Mah.  Cabos que permitam a conexão com saída V8;  Vedado possuir outras funções (ex. luz de emergência, lanterna, entre outras) que não seja o carregamento de dispositivos mobile.  Possuir cabo de conexão entre a bateria externa e smartphone independente, ou seja, é vedado que possua cabo que não se desplugue da estrutura principal da bateria externa.  Possuir as características de carregadores portáteis similares aos da marca Xiaomi modelo PLM02ZM, Samsung Modelo bateria externa, marca Aquário modelo CP 10000 ou marca Sony modelo CP-V10A.  **Garantia de 12 meses.** | Unidade | 1480 |
| 03 | **SMARTPHONE TIPO II**  Deverá possuir no mínimo processador quadcore com frequência de 1,2 GHz (Mínimo);  Deverá possuir memória interna de 16GB (mínimo), expansível no mínimo de 32GB (mínimo) através de cartão micro SD;  Deverá possuir memória RAM de 1.5GB (mínimo);  Deverá possuir sistema de GPS integrado, com as tecnologias A-GPS;  Deverá possuir tela touchscreen com resolução de no mínimo 720 x 1280 pixel do tipo capacitiva de no mínimo 5,0”;  Deverá possuir câmera frontal de no mínimo 5MPixel com resolução de vídeo HD, e traseira (obrigatória) com resolução mínima de 12MPixel da câmera traseira com resolução de gravação de no mínimo Full HD, possuindo flash na câmera traseira possibilitando o registro de imagem em ambientes escuros;  Deverá possuir recurso de gravação de vídeo HD ou superior;  Deverá possuir recursos de conexão Wi-Fi 802.11 b/g/n, Bluetooth 4.0 ou superior, 4G e micro USB embutidos;  Deverá possuir sistema operacional Android 6.0 ou mais recente;  Deverá possuir 02(dois) slots para cartão SIM(dual chip), sem bloqueio ou trava para qualquer operadora de telefonia;  Deverá possuir bateria com no mínimo 2600Mah.  Deverá possuir no mínimo os seguintes acessórios inclusos: 1 (uma) Bateria, carregador de bateria, fone de ouvido, cabo usb, documentação de operação; Observação: todos acessórios deverão ser originais e fornecidos pelo fabricante do smartphone ofertado.  O equipamento deverá ser homologado pela Anatel (o fornecedor deverá apresentar cópia do certificado de homologação junto à ANATEL quando da entrega do produto).  Deverá estar incluso no produto duas películas, preferencialmente de gel, de proteção e compatível com a tela do smartphone, uma para uso imediato e a outra para eventual substituição caso ocorra a danificação da primeira durante o uso do equipamento.  Deverá estar incluso na entrega de cada equipamento capa de proteção emborrachada anti-shock, com proteção reforçada para os quatro cantos nas extremidades do aparelho, a exemplo de bolhas de ar façam com que o smartphone sofra o menor impacto possível durante uma queda.  Deverá apresentar as configurações semelhantes aos aparelhos marca Samsung Modelo J5, Asus Zenfone Live ou Quantum Muv Pro.  **Garantia e Suporte:**  De 24 meses com solução do defeito em no máximo 10 (dez) dias úteis, findado tal período se não sanada a irregularidade deverá ser substituído o equipamento por outro de mesma especificação técnica do inicialmente ofertado. | Unidade | 1000 |

**7. ENTREGA:**

**7.1. LOCAL/HORÁRIO:**

**7.1.1.** O(s) objeto(s) deverá (ão) ser entregue(s) no Almoxarifado Central do Governo em Porto Velho/RO, localizado na Rua Antônio Lacerda, 4138, Setor Industrial, Cep: 76.821-038, no período de Segunda a Sexta – feira, no horário compreendido entre 07:30 às 13h.

**7.2. PRAZO/CRONOGRAMA DE ENTREGA:**

**7.2.1** O bem deverá ser entregue de uma só vez, em até **60 (sessenta)** dias após o recebimento da nota de empenho/contrato, podendo ser prorrogado, mediante solicitação de prorrogação de prazo, com a devida justificativa/motivação, a qual será deliberada pelo gestor da pasta.

**7.3. LOCAL DE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO DO BEM:**

**7.3.1** Os bens serão utilizados em automóveis, caminhonetes e motocicletas de patrimônio da polícia militar ou as que estão a disposição dela, visando equipar os veículos nas ações de combate a criminalidade, relativas ao componente de apoio nos registros de ocorrência policiais em todo Estado de Rondônia, bem como, nos veículos.

**7.4. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**7.4.1** Garantia e assistência técnica de acordo com o manual do fabricante ou conforme disposta nas especificações técnicas de cada equipamento.

**7.4.1.1** A contratada fica obriga a oferecer as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas no certame, como regra, não podendo ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses, a contar do recebimento definitivo do objeto.

**8. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:**

O valor estimado para a presente contratação será oportunamente juntado aos autos pelo Setor de Pesquisa de Preços da SUPEL, realizados através de cotação no mercado ou o existente em seu banco de pesquisa em atendimento à competência designativa da Lei nº 8.666/93.  Em caso de ocorrências supervenientes relacionadas à economia ou qualquer outro fator que possa trazer alteração de valores de mercado, será efetuada nova cotação visando verificar se os preços ofertados são economicamente viáveis à Administração Pública.

**9. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO:**

**9.1.** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento do **FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA MILITAR - FUMRESPOM**, Unidade Gestora **15015**, Fonte **0100**, **0148 e** **0249,**Programa ou Projeto Atividade, **2144**Elemento de Despesas **44.90.52** no que se refere a demanda da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

**9.2.** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento da **POLÍCIA TÉCNICA CIENTÍFICA - POLITEC**, Unidade Gestora **15006**, Fonte **0100,**Programa ou Projeto Atividade **1277,**Elemento de Despesas **44.90.52** no que se refere a demanda da Polícia Técnico Científica - POLITEC.

**9.3.** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento do **FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUNESBOM**, Unidade Gestora **15014**, Fonte **0100 e 0226,**Programa ou Projeto Atividade, **1277**Elemento de Despesas **44.90.52** no que se refere a demanda do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

**9.4.** Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, objeto deste Termo de Referência, serão consignados no orçamento do **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN**, Unidade Gestora **15020**, Fonte **0240,**Programa ou Projeto Atividade, **1020,** Elemento de Despesas **44.90.52** no que se refere a demanda do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

**10. DO RECEBIMENTO:**

As faturas e os produtos serão recebidos e analisados pela comissão de recebimento da SEPAT/SEPOG (Superintendência Estadual de Patrimônio do Governo do Estado de Rondônia), sito à rua Antônio Lacerda n° 4138, Bairro Industrial, na capital Porto Velho, Estado de Rondônia, no horário das 07:30 às 13:30hrs. A data prevista da entrega deverá ser informada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**10.1.** O recebimento, conforme Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos) se dará na forma abaixo:

**10.1.1.** Serão os objetos deste Termo de Referência recebidos **PROVISORIAMENTE**, para efeito da verificação da conformidade dos equipamentos fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua efetiva entrega;

**10.1.2.** Serão os objetos deste Termo de Referência recebidos em **DEFINITIVO**, após a comprovação da qualidade e quantidades entregues, conforme especificações exigidas, no prazo máximo de dez (10) dias da emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**;

**10.2.** O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético-profissional, pela perfeita execução do contrato;

**10.2.1.**  Se após o recebimento provisório constatar-se que os equipamentos foram entregues em desacordo com o especificado, com defeito ou incompletos, será a empresa notificada a fazer a sua substituição no prazo de cinco (05) dias úteis, sob pena de lhe ser aplicadas as penalidades cabíveis;

**10.2.2.** Os produtos serão inteiramente recusados pela Comissão de Recebimento em caso de entrega em divergência com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

**11. DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante Nota Fiscal de Bens/Serviços certificada pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços e de acordo com os artigos 67 e 73 “II, “a” e “b” da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, que deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos equipamentos/materiais no local definido conforme item 7, devendo conter no corpo da referida Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número do contrato e o número da Conta Bancária da futura **CONTRATADA**.

**11.1.**  A **CONTRATANTE**terá o prazo de 30 (trinta) dias a partir da entrega dos produtos para efetuar análise e o pagamento. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões que comprovem a regularidade fiscal nas esferas: Federal, Estadual e Municipal, bem como, previdenciária e trabalhista (INSS, FGTS e CNDT) em **plena validade.**

**11.2.**    A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos;

**11.3.**    A certidão apresentada que por ventura venha a vencer dentro do prazo determinado anteriormente (30 dias) para análise e pagamento poderá ser revalidada pelo setor onde se encontrar o processo administrativo e sido verificado o vencimento da mesma, com a competente juntada aos autos.

**11.4.**    Em caso de impossibilidade de renovação da referida certidão, seja por qualquer motivo que implique obrigatoriedade por parte do contratado (inadimplência), o prazo estabelecido para pagamento ficará paralisado até que sejam sanadas as pendências apontadas.

**12. DA SELEÇÃO, TIPO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO:**

A seleção, contratação e as fases da licitação obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002 com suas posteriores alterações, e ainda ao Decreto Estadual nº 18.340/2013. Concernente à seleção de empresa para realização da prestação de serviços, objeto do presente instrumento, será escolhida levando-se em conta a modalidade de licitação do tipo menor preço, que será oportunamente definida pela Superintendência de Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL.

**13. DA HABILITAÇÃO:**

Para a habilitação as empresas deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, atendendo ao especificado e no prazo de validade, sob pena de inabilitação:

**13.1.  Da qualificação jurídica**

**13.1.1.** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado no Registro Público de Empresa Mercantil ou em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza societária da licitante, nos termos do Código Civil Brasileiro, comprovando que a empresa exerce atividades mercantis compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência;

**13.1.2.** Documentos que comprovem a representação da Licitante (eleição de diretores, nomeação de gerentes delegados, etc.), com os devidos registros no Registro Público de Empresa Mercantil ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, considerando a natureza societária da Licitante.

**13.1.3**  Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**13.1.4.** Decreto de Autorização – em se tratando de filial de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**13.2. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista por meios dos documentos a seguir relacionados:**

**13.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas jurídicas do MF (CNPJ/MF);

**13.2.2.**Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**13.2.3.** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social);

**13.2.4.** Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual;

**13.2.5.**Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal;

**13.2.6.** Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de  “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**13.2.7.** Para fins de regularidade trabalhista – Certidão Negativa da Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

**13.2.8**  A apresentação de certidões positivas com efeito de negativa, serão aceitas nas mesmas condições, quanto a sua validade e efeitos, tendo em vista a sua emissão diante da diante da exigência de débito confesso, parcelamento e em fase de adimplemento.

**13.3. Da comprovação de experiência da contratada:**

**13.3.1.** A experiência pertinentes e compatíveis com o objeto do presente instrumento será comprovada por meio de Atestado de Capacidade Técnica na forma prevista no item 14;

**13.4.**  A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

**14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**14.1.**  Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar **atestado de capacidade técnica**, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível em **características e quantidades de cada item;**

**14.1.1.** Entende-se por pertinente e compatível em **características**o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento em contratos anteriores que sejam compatíveis e pertinentes com o objeto da licitação, ou seja compatíveis e pertinentes com as  especificações técnicas dos itens 1, 2 e 3.

**14.1.2.** Entende-se por pertinente e compatível em **quantidade**o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, comprove o fornecimento em contratos anteriores de no mínimo 20% (vinte por cento) dos quantitativos especificados **de cada item.**

**14.1.3.**O atestado deverá indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, número de telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto, quantidades e prazos de prestação dos serviços.

**14.1.4.** A Administração, por meio de Comissão ou de servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou de quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso tenham sido atestadas informações inverídicas, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

**15. DA GERÊNCIA DA ATA:**

A gerência da Ata de Registro de Preços decorrente do presente Termo de Referência será exercida pela Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, a quem compete o controle e autorização de uso da referida Ata.

**16. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO:**

**16.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da sua publicação no Diário Oficial do Estado – DOE.

**16.2.** Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

**16.3** O contrato inerente a Ata de Registro de Preços, terão sua vigência conforme disposições contidas no artigo 57. da Lei Federal 8.666/1993.

**17. DA UTILIZAÇÃO DA ATA:**

**17.1.** Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do GOVERNO DE RONDÔNIA, ou qualquer outro órgão tanta da Esfera Estadual, quanto Municipal, mediante consulta ao órgão gerenciador.

**17.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**17.3.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**17.4.** As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**17.5.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

**18. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**18.1.**  De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

**18.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**18.3.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**18.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**18.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**18.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes;

**18.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

**18.5.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**19. DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO:**

Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de sua vigência de acordo com a Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001. Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2°, §1° c/c art. 3°, §1° da Lei n° 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitado pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, aplicar-se-á ao cálculo o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado). Os acréscimos e supressões não poderão exceder a 25% do valor contratado conforme estabelece o art. 65 da Lei 8.666/93.

**20. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUÍDAS EM FORMA DE CONSÓRCIO:**

**20.1.**  Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que se apresente em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

**20.2.**  A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequeno vulto não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a competição entre interessadas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

**20.3.**  Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, permitir a participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do artigo 33, da Lei Federal nº 8.666/93, e, ainda, do entendimento contido no Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de autorizar a admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação da participação de empresas constituídas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

**21. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

É vedado à contratada subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da presente contratação.

**22. DAS OBRIGAÇÕES:**

**22.1. DA CONTRATADA:**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos, nas obrigações da Contratada também se incluem os dispositivos a seguir:

a) Assinar o contrato ou retirar a nota de empenho quando convocada a fazê-lo, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

b) Adotar todas as providências necessárias à proteção do meio ambiente, no âmbito interno e externo dos locais de utilização dos veículos, obedecendo às instruções advindas da fiscalização e em consonância com a legislação pertinente;

c) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo os mesmos objetos de exame pela Procuradoria Geral do Estado de Rondônia – PGE;

d) Comunicar à Contratante, verbalmente, no prazo de até 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações, ou acontecimentos, que impeçam, mesmo que temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior;

e) Cumprir com o estabelecido neste Termo de Referência e conduzir a execução dos serviços pactuados em estreita conformidade com o especificado no mesmo, guardadas as normas técnicas pertinentes à natureza e a finalidade da aquisição, sob pena de inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, nos moldes da Lei nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;

f) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

g) Entregar os equipamentos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com o emprego necessário ao perfeito cumprimentos das cláusulas contratuais, além de fornecer os produtos na quantidade e qualidade especificada de acordo com sua proposta de forma a atender a execução plena e satisfatória deste Termo de Referência;

h) Executar, no prazo estabelecido pelo 10.2.1, os reparos e/ou substituições que se fizerem necessários nos produtos entregues quando apontados pela comissão de recebimento dos serviços;

i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, conforme o caso, os objetos entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no mesmo prazo definido no Subitem 10.2.1, qual seja, 05 (cinco) dias úteis;

j) Assumir todos os ônus decorrentes do objeto deste Termo de Referência, e responsabilizar-se por todas as obrigações previstas na legislação fiscal, previdenciária, tributária e trabalhista, respondendo por si e por seus sucessores;

k) Responsabilizar-se, integralmente, por todos os tributos, taxas e contribuições (inclusive parafiscais), bem como custos com fretes, transporte e ou taxas de entrega que direta ou indiretamente, incidam ou vierem a incidir sobre a contratação;

l) Responsabilizar-se e indenizar todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução do objeto;

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n°8.078, de 1990);

n) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, agindo com urbanidade, tanto em relação aos servidores da contratada quanto a terceiros;

o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos,  nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

p) Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;

**22.2. DA CONTRATANTE:**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATANTE se obrigará a:

a)    Fornecer à CONTRATADA os dados e os elementos necessários à fiel execução do objeto, conforme disposto neste Termo de Referência;

b)    Rejeitar o recebimento do objeto e produtos que estiverem em desacordo com o especificado no presente Termo de Referência;

c)    Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução do objeto, objeto deste Termo de Referência;

d)    Efetuar regularmente o pagamento do objeto;

e)    Notificar a CONTRATADA, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no Contrato;

f)     Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à aquisição;

g)    Rejeitar, no todo ou em parte, os bens que estiverem em desacordo com o discriminado no presente Termo de Referência.

h)    Manter a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

**23. DAS SANÇÕES E CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES:**

**23.1. DAS SANÇÕES:**

Além das sanções cominadas no artigo 87, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante, adjudicatária ou contratada, as seguintes penalidades:

a)    Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) da parcela inadimplida do contrato, na hipótese de descumprimento de alguma cláusula ou obrigação pactuada;

b)    Multa de mora em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) da parcela inadimplida do contrato caso haja atraso injustificado na sua execução; retardamento imotivado da entrega dos produtos por mais de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de empenho;

c)    Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) da parcela inadimplida do contrato caso a adjudicatária se recuse a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa;

d)    Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, inclusão da penalidade no SICAFI - Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização, e no CAGEFOR - Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais, caso à licitante, adjudicatária ou contratada, convocada no prazo de validade da proposta, não retire a Nota de Empenho, deixe de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ocasione o atraso da execução do objeto contratual, não mantenha a proposta, falhe ou fraude a execução do contrato, mostre-se inidônea ou cometa fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa.

**23.2. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES:**

Na aplicação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e o seguinte:

a) As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo e no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

b) Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

c) A sanção denominada “advertência” será imposta por escrito e será cabível somente quando se tratar de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação. Na hipótese de não se verificar a adequação da conduta por parte da Contratada, serão aplicadas sanções de grau mais significativo;

d) O valor da multa eventualmente imposta à licitante, adjudicatária ou contratada será automaticamente descontado de créditos a que fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Mantendo-se o insucesso, as informações da licitante, adjudicatária ou contratada serão encaminhadas ao órgão competente para que o débito seja inscrito em dívida ativa, podendo a Administração, ainda, proceder à cobrança judicial;

e) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da licitante, contratada ou adjudicatária, não as eximindo do dever de reparar eventuais danos que seu ato punível venha ocasionar à Administração ou a terceiros;

f) De acordo com a gravidade do descumprimento, a licitante, adjudicatária ou contratada, também estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a infratora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

g) As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que se verificarem, conforme o caso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO** | **GRAU** | **MULTA\*** |
| 1. | Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso. Por ocorrência. | 06 | 4,0% por dia |
| 2. | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência. | 06 | 4,0% por dia |
| 3. | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega do objeto contratual por período superior a 15 (quinze) dias. | 05 | 3,2% por dia |
| 4. | Recusar-se a executar correções ou substituições do objeto contratado que se encontrem com vícios, quando notificado, sem motivo justificado. Por ocorrência. | 04 | 1,6% por dia |
| 5. | Por comportamento inidôneo da contratada, seus funcionários ou representantes. Por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | | |
| 6. | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| 7. | Iniciar o fornecimento do objeto nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos previstos no Contrato. Por fornecimento e por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| 8. | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. Por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| 9. | Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência. | 02 | 0,5% por dia |
| 10. | Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão. Por funcionário e por dia. | 02 | 0,5% por dia |

                                         \* O percentual de multa aplicável conforme tabela será incidente sobre a parte inadimplida do contrato.

**24. DA RESCISÃO CONTRATUAL E DO FORO:**

A rescisão contratual consensual será efetuada na seara administrativa e em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes. O foro da Comarca de Porto Velho-RO é o competente para resolução de questões, dirimir dúvidas e/ou omissões eventualmente decorrentes da presente contratação, renunciando expressamente, as partes contratantes, a todos os demais por mais privilegiados que possam ser.

**25.** **DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

**25.1.** São participantes deste registro de preços os seguintes órgãos pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:

**POLITEC** - Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia.

**CBMRO** - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.

**DETRAN -**Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia.

**26. DA APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA:**

**26.1**  Valendo-se do art. 8º do Decreto n. 21.675/2017, que determina reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item para contratação de pequenas empresas quando se tratar de licitação para aquisição de bens de natureza divisível. O FUMRESPOM não se contrapõe na aplicação do referido decreto, desde que não afete o resultado do certame, a qualidade, uniformidade final do produto e, ainda, sem que resulte em prejuízo à economicidade, à economia de escala ou mesmo quando imponha restrições de ordem logística. Por fim, aplica-se o referido decreto vigente.

**27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**27.1.** A resolução de situações omissas ou ajustes que se façam necessários para a eficiente e perfeita execução do contrato  poderão ser solicitadas a contratada, ainda que não previstas expressamente no presente Termo de Referência, garantida a respectiva remuneração e a manutenção do equilíbrio contratual.

**27.2.** O presente Termo de Referência foi elaborado em consonância com o previsto na solicitação da Vice Governadoria/RO, Corpo de Bombeiro Militar-RO, POLITEC/RO e DETRAN/RO e proposta já aprovada pelo Sistema de Convênio Federal - SICONV, proposta nº 027093/2017.

**27.3.**  O referido programa será custeado com recursos de Emendas Parlamentares Estadual de Rondônia e via Sistema de Convênio Federal - SICONV e o Estado de Rondônia.

Porto Velho – RO, 06 de agosto de 2018.

AUTORIZO de acordo com os dispositivos legais.

Data\_\_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_\_\_\_.

**MAURO** RONALDO FLORES CORREA – CEL PM

Presidente do FUMRESP0M

Matricula: 10006126-2

**RILDO**JOSE FLORES – CEL PM

Coordenador Executivo do FUMRESPOM

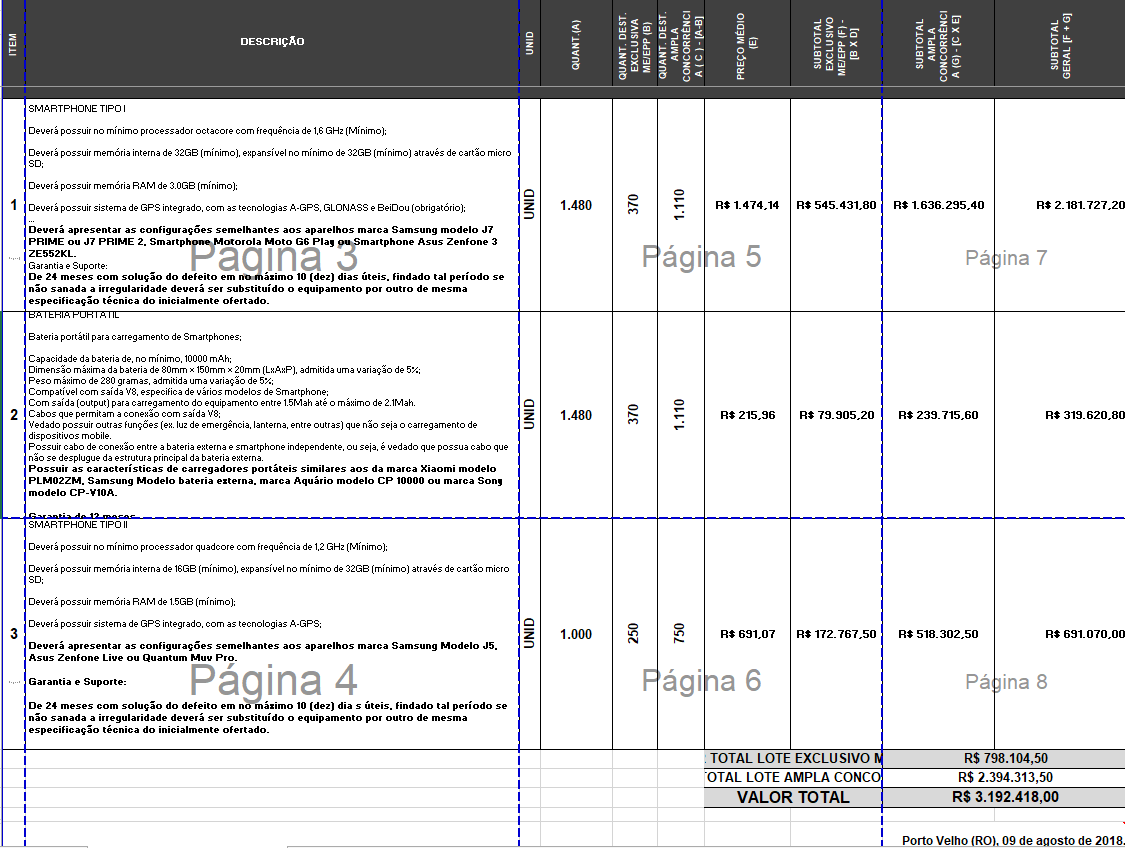
Matrícula: 10006131-5

# P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O N°. 397/2018/ALFA/SUPEL/RO

# 

# ANEXO II do EDITAL

**QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS**



**P R E G Ã O E L E T R Ô N I C O N°. 397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

**ANEXO III DO EDITAL**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO: Nº** **397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

**PROCESSO:** 0021.270295/2018-79 /PM/RO

Pelo presente instrumento, o Estado de Rondônia, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL situada à AV. FARQUAR N° 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA, ED. PACAÁS NOVOS, 2ºANDAR – BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo **Superintendente da SUPEL**, Senhor Márcio Rogério Gabriel e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO** para futura e eventual aquisição de equipamentos de tecnologia embarcada, para atender as necessidades da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. **DO OBJETO**

REGISTRAR O PREÇO aquisição de equipamentos de tecnologia embarcada (SMARTPHONES e BATERIA PORTÁTIL), para atender as necessidades da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, conforme especificações completas constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1. **DA VIGÊNCIA**

**2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**2.1.1.** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

**3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** Caberá à SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

**4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

**4.1**. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I do Termo de Referência deste instrumento.

**5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

* 1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;
  2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e Edital de licitações.
  3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

**5.4.** O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

**6 - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, INSTALAÇÃO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GARANTIA DOS OBJETOS E DA VISITA TÉCNICA.**

**6.1.** Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Governo do Estado de Rondônia, localizado na Rua Antônio Lacerda, nº 4168, Bairro Setor Industrial, em Porto Velho/RO, no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário compreendido entre 07h30m e 13h30m.

**6.2.** Fica a Contratada ciente de que qualquer ônus decorrente da entrega dos materiais, inclusive frete, e movimentação dos materiais até as dependências do Almoxarifado é de inteira responsabilidade da Contratada e/ou da transportadora.

**6.3.** O bem deverá ser entregue de uma só vez, em até **60 (sessenta)** dias após o recebimento da nota de empenho/contrato, podendo ser prorrogado, mediante solicitação de prorrogação de prazo, com a devida justificativa/motivação, a qual será deliberada pelo gestor da pasta.

**6.4.** Local de utilização/Destinação do Material. Os bens serão utilizados em automóveis, caminhonetes e motocicletas de patrimônio da polícia militar ou as que estão a disposição dela, visando equipar os veículos nas ações de combate a criminalidade, relativas ao componente de apoio nos registros de ocorrência policiais em todo Estado de Rondônia, bem como, nos veículos

**6.5.** Condições/Recebimento: As faturas e os produtos serão recebidos e analisados pela comissão de recebimento da SEPAT/SEPOG (Superintendência Estadual de Patrimônio do Governo do Estado de Rondônia), sito à rua Antônio Lacerda n° 4138, Bairro Industrial, na capital Porto Velho, Estado de Rondônia, no horário das 07:30 às 13:30hrs. A data prevista da entrega deverá ser informada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**6.1.** O recebimento, conforme Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos) se dará na forma abaixo:

**6.1.1.** Serão os objetos deste Termo de Referência recebidos **PROVISORIAMENTE**, para efeito da verificação da conformidade dos equipamentos fornecidos, em relação à qualidade e quantidades conforme especificações exigidas, o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua efetiva entrega;

**6.1.2.** Serão os objetos deste Termo de Referência recebidos em **DEFINITIVO**, após a comprovação da qualidade e quantidades entregues, conforme especificações exigidas, no prazo máximo de dez (10) dias da emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**;

**6.2.** O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil, pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto contratual, nem ético-profissional, pela perfeita execução do contrato;

**6.2.1.**  Se após o recebimento provisório constatar-se que os equipamentos foram entregues em desacordo com o especificado, com defeito ou incompletos, será a empresa notificada a fazer a sua substituição no prazo de cinco (05) dias úteis, sob pena de lhe ser aplicadas as penalidades cabíveis;

**6.2.2.** Os produtos serão inteiramente recusados pela Comissão de Recebimento em caso de entrega em divergência com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

1. **- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

###### O pagamento será realizado de acordo com as disposições constantes no item 11 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

###### 

**8. DAS PENALIDADES**

8.1 Além das sanções cominadas no artigo 87, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante, adjudicatária ou contratada, as seguintes penalidades:

a)    Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) da parcela inadimplida do contrato, na hipótese de descumprimento de alguma cláusula ou obrigação pactuada;

b)    Multa de mora em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) da parcela inadimplida do contrato caso haja atraso injustificado na sua execução; retardamento imotivado da entrega dos produtos por mais de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de empenho;

c)    Multa em quantia equivalente ao percentual de até 10% (dez por cento) da parcela inadimplida do contrato caso a adjudicatária se recuse a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa;

d)    Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, inclusão da penalidade no SICAFI - Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização, e no CAGEFOR - Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais, caso à licitante, adjudicatária ou contratada, convocada no prazo de validade da proposta, não retire a Nota de Empenho, deixe de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ocasione o atraso da execução do objeto contratual, não mantenha a proposta, falhe ou fraude a execução do contrato, mostre-se inidônea ou cometa fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa.

**8.2. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES:**

Na aplicação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e o seguinte:

a) As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo e no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

b) Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

c) A sanção denominada “advertência” será imposta por escrito e será cabível somente quando se tratar de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da contratação. Na hipótese de não se verificar a adequação da conduta por parte da Contratada, serão aplicadas sanções de grau mais significativo;

d) O valor da multa eventualmente imposta à licitante, adjudicatária ou contratada será automaticamente descontado de créditos a que fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Mantendo-se o insucesso, as informações da licitante, adjudicatária ou contratada serão encaminhadas ao órgão competente para que o débito seja inscrito em dívida ativa, podendo a Administração, ainda, proceder à cobrança judicial;

e) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da licitante, contratada ou adjudicatária, não as eximindo do dever de reparar eventuais danos que seu ato punível venha ocasionar à Administração ou a terceiros;

f) De acordo com a gravidade do descumprimento, a licitante, adjudicatária ou contratada, também estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a infratora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente;

g) As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que se verificarem, conforme o caso:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO** | **GRAU** | **MULTA\*** |
| 1. | Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso. Por ocorrência. | 06 | 4,0% por dia |
| 2. | Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência. | 06 | 4,0% por dia |
| 3. | Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega do objeto contratual por período superior a 15 (quinze) dias. | 05 | 3,2% por dia |
| 4. | Recusar-se a executar correções ou substituições do objeto contratado que se encontrem com vícios, quando notificado, sem motivo justificado. Por ocorrência. | 04 | 1,6% por dia |
| 5. | Por comportamento inidôneo da contratada, seus funcionários ou representantes. Por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | | |
| 6. | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| 7. | Iniciar o fornecimento do objeto nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos previstos no Contrato. Por fornecimento e por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| 8. | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização. Por ocorrência. | 03 | 1,0% por dia |
| 9. | Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência. | 02 | 0,5% por dia |
| 10. | Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão. Por funcionário e por dia. | 02 | 0,5% por dia |

                                         \* O percentual de multa aplicável conforme tabela será incidente sobre a parte inadimplida do contrato.

**9- UTILIZAÇÃO DA ATA**

**9.1.** De acordo com o Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, durante a sua vigência, a ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

* 1. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.
  2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
  3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens no instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
  4. As adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
  5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão.

**10 - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Nos termos dos artigos 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

**10.2** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**10.3.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**10.4**. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**10.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**10.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

**10.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

**10.5.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Ficam aquelas estabelecidas no subitem 22.1 e suas alíneas do Anexo I - Termo de Referência as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas do órgão requerente.

* + 1. **- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1.Ficam aquelas estabelecidas no subitem 22.2 e suas alíneas do Anexo I - Termo de Referência as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesas do órgão requerente.

* + 1. **- DISPOSIÇÕES GERAIS**
  1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
  2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
  3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
  4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

**14 – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal Nº 8.666/93, dos princípios gerais do Direito e demais legislação aplicada, conforme Art. 55, inciso XII.

14.2. Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL MARCIA CARVALHO GUEDES** Superintendente Estadual de Licitações Gerente do Sistema de Registro de Preços

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):**

**Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

**ANEXO IV DO EDITAL**

**Minuta de solicitação de Adesão à ARP**

|  |  |
| --- | --- |
| Ofício nº | Porto Velho, ................... de 2018. |

Ao Senhor

**..................................................................**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

NESTA

**Assunto:** Pedido de adesão à ata de registro de preços n° ........, que registra preços relativos a ...........

Senhor Superintendente ,

O órgão (informar a nomeclatura do órgão que solicita adesão), requer adesão na ata de registro de preços em epígrafe, nos seguintes itens e quantidades: (informar o número do item da ata , especificação e quantitativo em que se quer adesão)

Atenciosamente,

ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO REQUERENTE

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N°: 397/2018/ALFA/SUPEL/RO**

**COM RESERVA DE COTA PARA ME E EPP**

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeado por força das disposições contidas na **na Portaria N.º 014/GAB/SUPEL, publicada no DOE do dia 09 de fevereiro de 2018,** torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA,** sob o nº. **397/2018/ALFA/SUPEL/RO,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os **Decretos Estaduais nº 18.340/2013,** nº. 12.205/06, n° 16.089/2011 e n° 21.675/2017, Decreto Federal 5.450/05, com a Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações, com a Lei Estadual n° 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessado a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** **0021.270295/2018-79/PM/RO.**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de tecnologia embarcada (SMARTPHONES e BATERIA PORTÁTIL), para atender as necessidades da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA E DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, conforme especificações completas constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R$ 3.192.418,00**

**FONTE DE RECURSO: 0100 , 0148 e 0249, 0226 e 0240**

**PROJETO ATIVIDADE: Conforme item 17 e seus subitens do edital.**

**ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52**

**DATA DE ABERTURA: 04 de setembro de 2018, às 09h00min.** **(HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.licitacoes-e.com.br)

**CÓDIGO DA UASG:** **925373**

**LOCAL:** O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, por meio da Pregoeira e equipe de apoio.

**EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site [**www.supel.ro.gov.br**](http://www.supel.ro.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame, serão prestados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, na Superintendência Estadual de Licitações, pelo telefone (69) 3212-9264, ou no endereço sito a Av. Farquar, S/N, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036.

**Porto Velho-RO, 21 de agosto de 2018.**

**VANESSA DUARTE EMENERGILDO**

Pregoeira SUPEL-RO

Mat. 300110987